

A filosofia mitigando a pobreza política no Brasil / *Philosophy mitigating political poverty in Brazil*

*Marcos Antônio Carneiro da Silva**

RESUMO

O presente artigo aborda a pobreza política no Brasil, a partir de algumas intervenções filosóficas foucaultianas sobre os ascetas políticos, os fascistas e a governamentalidade biopolítica, a partir das análises das últimas eleições para as prefeituras e câmaras de vereadores, em 2024, no Brasil. Afirma-se, nesse texto, que a pobreza é também pobreza política. Duas situações foram expostas para auxiliar essa abordagem: a ecopolítica e a educação. Tais análises serviram, para exemplificar os descasos em que essa governamentalidade, aliada a pobreza, nos deixam em situações de empobrecimento político e, por conseguinte, social. Não como resultado conclusivo, mas como prospectiva, creditou-se a educação uma possível forma de combate ao que denominados de pobreza política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza política; Ecopolítica, Governamentalidade, Biopolítica.

ABSTRACT

This article discusses political poverty in Brazil, based on some foucauldian philosophical interventions on political ascetics, fascists and biopolitical governmentality, based on the analysis of the most recent mayoral and city council elections in 2024 in Brazil. This text argues that poverty is also political poverty. Two situations were presented to help this approach: ecopolitics and education. These analyses served to exemplify the neglect in which this governmentality, combined with poverty, leaves us in situations of political and, consequently, social impoverishment. Not as a conclusive result, but as a prospect, education was credited with a possible way of combating what we call political poverty in Brazil.

KEY-WORDS: *Political poverty; Ecopolitics; Governmentality; Biopolitics.*

* Professor Titular da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, macs2006@gmail.com.

Introdução

A situação política brasileira, à primeira vista, pode parecer que avançou. Entretanto, mais recentemente, podemos questionar se realmente tivemos progressos diante de inúmeros retrocessos nos últimos anos em que convivemos com um governo que se autodenomina de direita. O advento da pandemia do Covid19, apenas salientou as questões como negacionismo científico (com destaque ao climático) e a insensibilidade social de governantes da ala desse extremo conservadorismo. Nesse sentido, não tivemos apenas quatro anos sombrios, mas uma série de consequências de difícil superação. Essa herança conservadora ainda se faz presente, pois já se percebe, há algum tempo, o avanço dessa política extremada no Brasil e no mundo. O problema que o presente texto tenta abordar é essa herança e suas consequências nefastas para toda a população que passaremos a denominar de pobreza política. A pobreza, pode ser definida como a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Avançando um pouco mais:

A pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física. Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN, 2002, p.33).

Essa perspectiva analítica amplia o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação, entretanto, investigando alguns conceitos sobre o tema, pode-se perceber que muitos deles desviam a sua atenção principal dos meios (renda) para os fins que as pessoas têm para buscar e as liberdades de poder alcançar esses mesmos fins. Para essa e outras perspectivas, a noção de pobreza como inadequação de capacidade ou a noção de pobreza como baixo nível de recursos, estão sempre vinculadas a uma expectativa renda, pois será sempre ela o meio fundamental na obtenção de capacidade. E, quanto mais capacidades, maior o potencial produtivo de uma pessoa e, conseqüentemente, maior a chance de se obter uma renda mais elevada. Entretanto, nem sempre obter uma renda mais elevada significa, necessariamente, maiores capacidades. Essa relação pode ser necessária, mas não suficiente na eliminação da pobreza. Com uma educação básica e serviços de saúde melhores, provavelmente, haverá um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e, desse modo, superar a pobreza medida pela renda. Pode-se perceber que quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos

serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

É mister observar que a redução da pobreza de renda não deve ser o único objetivo de políticas públicas de combate à pobreza. É insuficiente, mesmo que de algum modo seja necessário, ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda. A pobreza deve ser analisada não somente como a privação de renda, mas da vida que as pessoas podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. Porém, as relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

Deepa Narayan (2002) procurou expandir o conceito de pobreza apresentado anteriormente, procurando compreender o que os pobres têm a dizer. A pesquisadora passou a realizar Avaliações Participativas sobre a Pobreza (APP's) como forma de incorporar às suas análises, uma dimensão humana e social, entrevistando populações desprovidas (em vários países do mundo) sobre suas opiniões acerca do que é ser pobre. Afinal, ninguém melhor do que os próprios pobres para falar sobre sua situação. A pobreza é definida, geralmente, como a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Em outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física.

Contudo, há também o aspecto psicológico da pobreza. Os pobres têm consciência de sua falta de voz, poder e independência que os sujeita à exploração. A pobreza os deixa mais vulneráveis à humilhação e ao tratamento desumano pelos agentes públicos e privados a quem, frequentemente, solicitam ajuda. Os pobres também relataram sobre a dor causada pela inevitável ruptura com as normas sociais e sua incapacidade de manter sua identidade cultural por meio da participação em tradições, festivais e rituais. A incapacidade de participar na vida comunitária leva a uma ruptura das relações sociais.

É imprescindível compreender que as estratégias de redução da pobreza, para serem eficazes e sustentáveis, devem refletir um conhecimento sistemático das percepções dos pobres, pois eles são quem vivem e sentem as privações. Dessa forma, nosso objetivo nesse texto é afirmar que a pobreza é também pobreza política.

Acompanhamos, recentemente, algumas situações inusitadas nas campanhas políticas às prefeituras e câmaras municipais em todo o país, nas eleições de 2024. Não

podemos dizer que ficamos surpresos com os embates (já vivenciamos cenários empobrecidos antes), mas a expansão da violência e do baixo nível de perspectiva política, nas campanhas em todo o Brasil pode ter sido, lamentavelmente, o pior já registrado. Observamos, até o primeiro turno da eleição de 2024, um recorde com 338 casos de violência política envolvendo atentados e crimes contra candidatos/as o que podem indicar que estamos entrando num novo patamar de violência e, conseqüentemente, numa esteira de empobrecimento político. Os debates e a troca de ideias entre os pensamentos mais diversos, foram sendo substituídos por agressões de toda a ordem, somados as produções em séries de *fake news*, calúnias e demonizações, nos arrastando para uma normalidade extremista e extremada.

O primeiro turno das eleições municipais de 2024 terminou com o maior número de prefeitos eleitos oriundos de forças de segurança da história recente. Foram 52 prefeitos eleitos, em 2024, contra 45 em 2020. Ao todo, 856 agentes foram eleitos para todos os cargos (759 vereadores, 52 prefeitos e 45 vice-prefeitos). É o maior número desde o início da série histórica, em 2012. O denominado policialismo na política brasileira contou com quase sete mil candidatos com histórico de passagem por instituições como a Polícia Militar e Civil, que usaram termos como sargento, capitão e delegado junto a seus nomes nas urnas.

1. Você tem fome de que?

Escolhemos, nesse texto, traçar um breve e resumido percurso que atravessa essa pobreza política elencando apenas duas questões para justificar nossa análise: a governamentalidade ecológica (negacionismo climático) e a educação (demonização e precarização docente). Ao que parece, vivemos tempos caóticos em que as situações biopolíticas se entrecruzam com questões ecológicas e nos desafiam, constantemente, a refletir sobre quem e como somos governados e quem somos nós, nesse tempo de agora, nos remetendo às implicações de Michel Foucault (em sua publicação de 1994, revigorando o texto de Immanuel Kant sobre o Iluminismo - *Aufklärung*, 1783). O teatro ecológico mundial e suas falaciosas propostas dentro de uma nova governamentalidade biopolítica pode ser observada num breve exemplo nas Conferências das Partes (*Conference of the Parties*- COP). Tais encontros mundiais fazem parte de sequências de acordos firmados e descumpridos. Um caso exemplar são as metas traçadas no acordo de Paris (2015) que serão inatingíveis até 2030 (PASSETTI, 2020).

E no Brasil? Seremos a sede da Cop30, em 2025. Podemos afirmar que tivemos um facho de esperança com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva, mas estamos ainda devendo muito. Apenas para recordar a catástrofe da cidade de Mariana (MG), conhecido como caso Samarco, completando quase uma década e apenas agora surge uma possibilidade de um acordo menos desumano para as vítimas. Nosso Pantanal e Amazonia com os piores incêndios (alguns criminosos) em 20 anos. Constatamos, infelizmente que faltaram equipamentos e brigadistas para um enfrentamento mais urgente e eficaz. Órgãos de combate a devastação ecológica que foram arruinados no governo anterior ainda não foram totalmente reestabelecidos e o país e seus ecossistemas padecem. Convivemos com eventos climáticos cada vez mais extremos (enchentes e as piores secas já registradas) e o atual governo continua sem saber ao certo o rumo que irá tomar.

Na educação também recebemos uma triste herança dos últimos anos dos governos anteriores: ministros da educação bizarros e a implementação das Escolas Cívico-militares esdrúxulas, como se a polícia militar, possa ser de algum modo, exemplo de cidadania e boas condutas. Desde o famigerado governo de Michel Temer tivemos um desmonte progressivo dos fóruns deliberativos na área educacional. Inicialmente, com a diminuição e, posteriormente, com a substituição dos representantes nos diversos órgãos. Tivemos professores identificados como inimigo objetivo, com ataques diretos às universidades públicas e suas linhas de pesquisa. Infelizmente a herança continua com factóides como *Home schooling* e a falácia da *Escola “sem” partido* (FRIGOTTO, 2017). Contamos agora com o patrulhamento ideológico dos materiais didáticos. O movimento, grupo ou entidade (são várias vertentes da mesma organização) denominado *De olho no material escolar* propaga uma série de denúncias contra livros e materiais didáticos com o foco nas notícias sobre o Agronegócio, mas não se restringem apenas a elas. Como esse movimento tem seu financiamento basicamente obtido pela indústria do agronegócio, há uma verdadeira campanha para desmobilizar todas as informações negativas, principalmente, sobre a grande devastação produzida no nosso meio ambiente.

Nas campanhas eleitorais recentes as denúncias de doutrinação ideológica e sexualização das crianças continuaram a ser proferidas por candidatos extremistas. Enfim, mais uma vez, após um desmonte sem precedentes, a educação ainda convive com as consequências desastrosas e, infelizmente, bem piores para a educação pública. Ainda estamos juntando os cacos. A ideia desse breve relato foi a de destacar apenas em dois pontos ou pontas, algumas facetas da nossa pobreza política recente.

2. É tudo tão ruim? Ruim, não, mas perigoso, certamente!

Não como um antídoto, mas como uma possível precaução, retomo a conhecida introdução do livro *Anti-Édipo*, de Deleuze e Guatarri (1977), em que Foucault denunciou três adversários do desejo: os ascetas políticos (os preservadores da ordem *pura* da política), os deploráveis técnicos do desejo e, o inimigo maior, os fascistas. Na sequência, Foucault elabora sete pontos ou passos que considero muito relevantes para relembrarmos nesse nosso tempo de agora são eles, resumidamente: Libere sua ação política de toda a paranóia unitária e totalizante; Faça crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, ao invés da submissão e hierarquização piramidal; Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração e a falta) que o pensamento moderno manteve por tanto tempo como sagrado, enquanto forma de poder e modo de acesso à realidade e prefira o múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos à unidade, os agenciamentos móveis aos sistemas; Não imagine que seja necessário ser triste para ser militante, mesmo se a coisa que combatemos seja abominável; Não utilize o pensamento para dar a uma ação política um valor de verdade, nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não fosse senão pura especulação, utilize a prática política como um intensificador do pensamento; Não exija da política que ela estabeleça os direitos do indivíduo, tais como a filosofia os definiu, pois o indivíduo é produto do poder e é preciso desindividualizar (um grupo não deve ser um elo orgânico que une indivíduos hierarquizados); Enfim, não se apaixone pelo poder.

Por fim, Foucault prescreve “a caça a todas as formas de fascismo, desde aquelas colossais, que nos circundam e nos comprimem, até as formas pequenas que fazem a amarga tirania de nossas vidas cotidianas” (FOUCAULT, 1977, p. XI-XIV).

Em outro texto, também bastante conhecido, temos bem explicitada uma estratégia de ação para o enfretamento nas batalhas contra o governo da individualização e nela aparece o que Foucault denominou de lutas transversais, anárquicas ou imediatas.

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (...) São uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. Porém, são também uma oposição ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Enfim, sintetiza Foucault em relação as lutas transversais:

Giram em torno da questão: quem somos nós (...) aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade (...) faz dos indivíduos sujeitos (FOUCAULT, 1995, p.235)

Considerações finais

Sem ter a pretensão conclusiva, mas, apenas provocativa e especulativa, acho que poderíamos unir as questões apresentadas anteriormente às estratégias de ação das lutas transversais e traçarmos algumas linhas de ação. E, para tanto, considero a educação um aspecto fundamental, não por acaso, tão atacada pelos extremistas. Os balanços sobre as eleições municipais de 2024 (a eleição do orçamento secreto) obteve um percentual recorde de 82% dos prefeitos reeleitos. Algumas análises indicam que o extremismo perdeu, mas na minha opinião não foi bem assim. Talvez o discurso do ódio não tenha emplacado (lacrado), mas arregimentou bastante (vide Pablo Marçal em São Paulo). O que se denomina de centro direita elegeu mais em todo o país (7 das nove capitais em disputa) e a esquerda elegeu bem menos. O Partido Liberal teve a maior totalidade de votos da sua história (de eleições municipais, claro). Na minha opinião o denominado Centrão foi o grande vencedor dessas eleições municipais, o que potencializa um estado de pobreza política.

Mantenho uma grande esperança numa educação crítica, ao invés do vazio de pensamento projetado pelos fascistas. Ainda considero uma importante estratégia antagônica de ação (antagonismo de estratégias-economia política nas relações de poder). Relembrando Paulo Freire com a célebre frase: quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser opressor (Paulo Freire, 1970).

O Brasil tem uma excelente produção na área crítica da educação, mas de maneira muito próxima da questão climática, não bastam boas intenções, precisamos unir forças, criar estratégias de ação. Na minha opinião o combate à pobreza política passa necessariamente por uma educação mais concatenada com as questões mais urgentes e necessárias; depois de anos de desmonte e retrocesso ainda estamos longe do enfrentamento mais severo no campo educacional.

Apenas mais alguns exemplos: após 10 anos do Plano Nacional de Educação apenas 2 das 20 metas foram cumpridas (elevação da qualidade do ensino superior maior número de mestres e doutores e matrículas totais mestrado e doutorado). Mais uma pode

ser atingida: (50% formação docente em pós-graduação, na educação básica e formação continuada para todos). No ensino superior temos um número exacerbado de licenciaturas no modelo Ensino a distância, na sua maioria em instituições privadas. Não houve uma melhora significativa no piso nacional do magistério (4.580,00 para a jornada de 40 horas de trabalho).

Estamos ainda passando por diversas privações no ensino público, com poucos investimentos. Ou seja, um novo governo que pretende combater o avanço fascista, poderia mostrar-se mais sensível aos graves problemas educacionais e propor ações mais concretas para o seu enfrentamento. Acredito que com uma educação além de pública, laica e de qualidade, deve ser também plural, diversificada, antirracista, antimachista e, principalmente, antifascista, sensível e combatente a todos os ascetas políticos e os deploráveis técnicos do desejo, pois a escola deve ser o local de potencialidade dos desejos. Somente assim, poderemos construir projetos, enfrentar e combater, entre tantos problemas, também a questão urgente da ecopolítica e, dessa forma, estabelecermos estratégias antagônicas mais imediatas de enfrentamento, não só do avanço, mas do assanhamento da extrema direita.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, p. XI-XIV.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, F. (Orgs.) *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 235.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.

FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). *Escola “sem”partido*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017.

NAYARAM. Deepa; PATTI, Petesch. *La voz dos pobres*. Espanã: Ediciones Paraninfo, 2002. p.33.

PASSETTI, Edson. *Ecopolítica*, São Paulo: Hedra, 2020.